



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000312-83.2017.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 1ª Vara da comarca de Capinzal

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 5/2017

Período da correição: 17-4-2017 a 16-6-2017

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Correicional: Veruska Maluf

Analista Jurídico: Renato Vizentin

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2017 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafo, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capinzal

Unidade: 1ª Vara

Municípios integrantes: Capinzal, Ipira, Lacerdópolis, Ouro e Piratuba

Juiz titular: Fernando Rodrigo Busarello

Chefe de cartório: Lucimar da Silva

Última correção por equipe da CGJ/SC: Correição Presencial - 10 a 14-8-2015, Autos n. 0001303-30.2015.8.24.0600

Competência: Resolução TJ n. 1/2014: "Art. 1º Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Capinzal: I - processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), ressalvada a competência do Juiz de Direito da 2ª Vara para processar e julgar as ações definidas na alínea "h" do inciso I do art. 2º desta Resolução; b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à infância e à juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os procedimentos para apuração de ato infracional (art. 103 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) e os processos referidos no inciso II deste artigo que atualmente estão em tramitação na 2ª Vara da comarca de Capinzal serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 1ª Vara".

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR.

Entrância: Final



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.615	3.950
1.1.2	Processos em andamento	3.561	3.894
1.1.3	Procedimentos em andamento	54	56

Observações

- a) Primeira verificação:
- a.1) informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Março de 2017. (fl. 150).
- b) Segunda verificação:
- b.1) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Outubro de 2017. (fl. 150).
- b.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 1.420 referem-se a processos do juizado especial cível.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	-	3.325
1.2.2	Processos em andamento	-	3.270
1.2.3	Procedimentos em andamento	-	55

Observações

- a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência Outubro de 2017. (fl. 150).
- b) Os dados não eram extraídos na primeira verificação.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Gabinete

Processos conclusos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	1.293	1.222
1.3.1.1	Quantidade total de processos físicos com o juiz	242	2
1.3.1.2	Quantidade total de processos eletrônicos com o juiz	1.051	1.220

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Março de 2017.
- b) Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2017.

Audiências

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.2	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	79	0

Observações



- a) Padrão de conformidade (item 1.3.2): o relatório não deve trazer registro.
- b) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 25).
- c) Segunda verificação em 29/11/2017.

Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.3 Quantidade de audiências designadas	-	315

Observações

- a) Data da audiência mais longínqua: 17/04/2018 (fls. 151-157).
- b) Os dados não eram extraídos na primeira verificação.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média Mensal
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2015	2.062	171,83
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2016	2.039	169,92
1.4.3 Janeiro a setembro de 2017	1.638	182,00

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Segunda Verificação
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	496
1.5.1.1 Ag. Encerramento do Ato	7
1.5.1.2 Ag. Prazo	2
1.5.1.3 Concluso para Julgamento Antecipado	3
1.5.1.4 Concluso para Sentença	32
1.5.1.5 Concluso 1	24
1.5.1.6 Concluso 10	130
1.5.1.7 Concluso 5	1
1.5.1.8 Cumprir - Urgente	2
1.5.1.9 Escrivão	1
1.5.1.10 SIDEJUD - Ag. Expedir Alvará Família - Processo	2
1.5.1.11 Ag. Encerramento do Ato	2
1.5.1.12 Ag. Prisão	15
1.5.1.13 Concluso para Sentença	26
1.5.1.14 Concluso 1	17
1.5.1.15 Concluso 10	54
1.5.1.16 Concluso 5	1
1.5.1.17 Concluso 9	1
1.5.1.18 Escrivão	2
1.5.1.19 Recebido Distribuição	1



Infância e Juventude - Processo

1.5.1.20	Ag. Busca e Apreensão - Ato Infracional	1
1.5.1.21	Ag. Encerramento do Ato	17
1.5.1.22	Concluso para Sentença	4
1.5.1.23	Concluso 10	1
1.5.1.24	Concluso 9	1
Juizado Especial Cível - Processo		
1.5.1.25	Ag. Encerramento do Ato	8
1.5.1.26	Ag. Prazo	1
1.5.1.27	Concluso para Julgamento Antecipado	1
1.5.1.28	Concluso para Sentença	18
1.5.1.29	Concluso 10	117
1.5.1.30	Concluso 5	3
1.5.1.31	Escrivão	1

Observações

a) Informações obtidas em 29/11/2017.

a.1) Os dados não eram extraídos na primeira verificação.

b) Na data de 29-11-2017 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Filas de Processo:

b.1.1) Ag. Análise do Cartório: existem 59 processos na fila. O mais antigo data de 5-10-2017.

b.1.2) Ag. Análise - Recursos: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 20-11-2017.

b.1.3) Cumprir urgente: existem 228 processos na fila, destes, 11 são anteriores ao mês de novembro de 2017 e o mais antigo data de 20-7-2017.

b.1.4) Recebido do Juiz

Recebido do Juiz - Despacho: existem 2 processos na fila, ambos com data de 16-11-2017.

Recebido do Juiz - Decisão: existem 10 processos na fila. O mais antigo data de 28-11-2017.

Recebido do Juiz - Sentença: existem 21 processos na fila. O mais antigo data de 28-11-2017.

b.1.5) Escrivão: existem 51 processos na fila. O mais antigo data de 19-5-2016 e encontra-se no Subfluxo "Família - Processo", no qual também está o segundo mais antigo, com data de 3-5-2017.

b.1.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 3 processos com audiências já realizadas, sem designação ou não pautadas.

b.1.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (nºs. [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento.

b.1.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (nºs. [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

b.1.9) Filas Concluso 1 a 10: foram analisados 5 processos (nºs. [REDACTED])



_____), por amostragem. Verificou-se que em todos há movimentação de conclusão.

b.2) Fila Petição intermediária

b.2.1) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 118 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 28-11-2017.

b.2.2) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 4 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 29-11-2017.

b.2.3) Ag. Cadastramento: existem 3 petições de "cumprimento de sentença" pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 14-11-2017.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	114	496
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	3,15%	12,56%

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 8).
- c) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 158-179).

1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 28/05/2009)
-------	---

Processos físicos e eletrônicos em gabinete

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.1	Ano da última movimentação		
1.6.2.1.1	2014	3	0
1.6.2.1.2	2015	24	9
1.6.2.1.3	2016	32	137
1.6.2.1.4	Total	59	146

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 10/04/2017 (fls. 9-21).
- d) Segunda verificação: dados obtidos em 29/11/2017 (fls. 187-192).

Processos físicos e eletrônicos em cartório

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.2	Ano da última movimentação		
1.6.2.2.1	2009	1	1
1.6.2.2.2	2013	1	2
1.6.2.2.3	2014	3	1



1.6.2.2.4	2015	45	6
1.6.2.2.5	2016	5	20
1.6.2.2.6	Total	55	30

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 10/04/2017 (fls. 9-21).
- d) Segunda verificação: dados obtidos em 29/11/2017 (fls. 180-186).

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	13	10
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	15	1
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	104	128
1.6.6	Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017: no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014	80	131
1.6.7	Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão	-	-
1.6.8	Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas – Julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau	-	6

Observações

- a) Item 1.6.7: não se aplica em face da competência da unidade.
- b) Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5): o relatório não deve trazer registro.
- c) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 22-24 e 26).
 - c.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 10/04/2012
 - c.2) Item 1.6.4 - data da distribuição mais antiga: 20/04/2010
 - c.3) Item 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
 - c.4) Item 1.6.8: os dados não foram extraídos na primeira verificação.
- d) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 193-200).
 - d.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 24/07/2015
 - d.2) Item 1.6.4 - data da distribuição mais antiga: 04/10/2012
 - d.3) Item 1.6.5: os dados extraídos do SAJ/ESTATÍSTICA apresentaram inconsistência, razão pela qual o relatório deve ser desconsiderado.
 - d.4) Itens 1.6.6 e 1.6.8: dados do mês de setembro de 2017 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/03/2017)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico (registro mais antigo: 24/10/2014)	34	6
	Petição Intermediária (registro mais antigo: 28/04/2006)	305	277
	Mandados (registro mais antigo: 03/11/2009)	42	42
	AR (registro mais antigo: 16/03/2006)	82	59

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- b) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 27).
- c) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 201-207).

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	4	3
1.6.11	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	1
1.6.12	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	4	3
1.6.13	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.14	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	25	64

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 10/04/2017 (fls. 28-30).
- c) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 208-212).

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.15	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	13	20

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 31).
- b.1) Mandado mais antigo: 24/10/2016.
- c) Segunda verificação em 29/11/2017 (fl. 213).
- c.1) Mandado mais antigo: 14/06/2017.

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES



Indicador	Valor		Segunda Verificação	
	Primeira Verificação		Total	+100d
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.16 Outros setores				
1.6.16.1 A ser Recebido de Outro Foro	4	4	4	4
1.6.16.2 Contadoria - Cálculos e Atualizações	13	0	0	0
1.6.16.3 Contadoria - Custas Finais	0	0	35	0
1.6.16.4 Contadoria - Custas Iniciais	0	0	0	0
1.6.16.5 Contadoria - Custas Intermediárias	0	0	6	0
1.6.16.6 Distribuição	0	0	0	0
1.6.16.7 Ministério Público	50	9	33	0
1.6.16.8 Oficialato da Infância e Juventude	78	19	36	8
1.6.16.9 Petição Inicial - Ag. Digitalização	1	0	0	0
1.6.16.10 Serviço Social	10	1	12	0

Observações

- a) Primeira verificação em Março de 2017 (fl. 32).
b) Segunda verificação em Outubro de 2017 (fl. 214).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor		Segunda verificação	
	Primeira verificação		Total	+100d
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Quantidade total de processos em carga	330		7	
Local				
Cargas internas				
1.6.17.1 Cartório da Distribuição	1	1	0	1
1.6.17.2 Contadoria	16	0	2	0
1.6.17.3 Juiz Fernando Rodrigo Busarello	239	172	2	152
1.6.17.4 Juiz Rubens Ribeiro da Silva Neto	3	3	0	0
1.6.17.5 Ministério Público	5	2	1	3
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.17.6 Advogado	61	28	2	31
1.6.17.7 Porteiro / Leiloeiro	5	0	0	0

Observações

- a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara)
b) Primeira Verificação: mês de referência Março de 2017 (fl. 33).
c) Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2017 (fls. 215-219).
c.1) Os dados extraídos apresentaram inconsistência, razão pela qual o relatório deve ser desconsiderado.



1.6.18 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador		Valor		Segunda verificação	
		Primeira verificação		Total	+30d
		Total	+30d	Total	+30d
Atendimento					
1.6.18.1	Cartório - Recebido do Advogado	2	2	0	0
1.6.18.2	Cartório - Recebido do Contador	5	0	3	0
1.6.18.3	Cartório - Recebido do Juiz	3	3	5	5
1.6.18.4	Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.6.18.5	Cartório - Ag. confecção de relação	73	0	32	0
1.6.18.6	Cartório - Aguardando	32	8	23	7
1.6.18.7	Cartório - Aguardando AR	17	6	4	1
1.6.18.8	Cartório - Aguardando carta precatória	10	5	3	2
1.6.18.9	Cartório - Aguardando mandado	15	13	3	0
1.6.18.10	Cartório - Aguardando publicação relação	1	0	1	0
1.6.18.11	Cartório - Arquivar	48	22	76	62
1.6.18.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.18.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.18.14	Cartório - Escaninho do Juiz	0	0	4	3
1.6.18.15	Cartório - Escaninho do Promotor	7	1	0	0
1.6.18.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.18.17	Cartório - Mesa do Escrivão	4	2	2	2
1.6.18.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.18.19	Cartório - Mesa 01 a 10	0	0	0	0
1.6.18.20	Cartório - Prazo 1 a 31	59	6	28	3
Expedição/cumprimento					
1.6.18.21	Cartório - Cumprir despacho	29	5	74	1
1.6.18.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.18.23	Cartório - Expedir alvará	15	6	5	4
1.6.18.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.18.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.18.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.18.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.18.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
Organização/juntada					
1.6.18.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.18.30	Cartório - Aguardando	4	1	4	1



petição

1.6.18.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
-----------	--	---	---	---	---

Observações

- a) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 34).
- b) Segunda verificação em 29/11/2017. Escaninho do Juiz (fl. 220).
- c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	2	1
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	1	1

Observações

- a) Padrão de conformidade:
 - a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
 - a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC. Embora o relatório não se aplique à unidade em razão de sua competência, os registros apontados devem ser regularizados.
- b) Itens 1.7.1 a 1.7.5: não se aplicam em razão da competência da unidade.
- c) Primeira verificação em 10/04/2017 (fls. 35-36).
- d) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 221-222).

1.7.8	Réu Preso Provisório	0	0
	Réu Preso Definitivo	0	0
	Total	0	0

Observações

- a) Item 1.7.8: não se aplica em face da competência da unidade.

1.7.9	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		
	[REDACTED]		



1.7.10 [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

1.7.11 [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

Observações

- a) Primeira verificação em 10/04/2017 (fls. 37-39).
a.1) Item 1.7.9: [REDACTED]
a.2) Item 1.7.10: [REDACTED]
b) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 223-224).

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado.	Parcialmente alimentado.

Observações

a) Primeira verificação em 10/04/2017 (fl. 42).
a.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

a.2) Verificou-se que há 23 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 2 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

b) Segunda verificação em 29/11/2017 (fl. 225).

b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b.2) Verificou-se que há 12 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 3 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ no processo n. [REDACTED] verificou-se que o bem vinculado a ele não foi cadastrado no SNBA.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-

Observações



Item 1.8.2: não se aplica em face da competência da unidade.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-

Observações

Item 1.8.3: não se aplica em face da competência da unidade.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-

Observações

Item 1.8.4: não se aplica em face da competência da unidade.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Alimentado.	Alimentado.

Observações

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.

b) Primeira verificação em 10/04/2017 (fls. 44-51).

b.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR), o qual teve a última ocorrência incluída em 31-3-2017.

c) Segunda verificação em 29/11/2017 (fls. 226-233).

c.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR), o qual teve a última ocorrência incluída em 6-11-2017.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2017.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional - Mat. 6.508

Renato Vizentin
Analista Jurídico - Mat. 14.424

Fernanda Cittadin Baggio
Assessora Correicional - Mat. 22.690